

Alunos de baixa renda recebem menos conteúdo

Dados de avaliação de escolas públicas mostram que só 1 em cada 6 unidades com estudantes mais pobres dão 80% da matéria prevista

Mariana Mandelli - O Estado de S.Paulo

Apenas uma em cada seis escolas públicas do País que recebem alunos de classes sociais mais baixas consegue cumprir mais de 80% do conteúdo previsto para o ano letivo. Já entre as unidades escolares onde estudam as crianças de nível social mais elevado, essa taxa sobe para 45,2% - ou seja, metade das escolas que têm as matrículas de alunos com melhores condições socioeconômicas conseguem cumprir quase todo o currículo.

Celso Junior/AE-10/3/2011

Defasagem. Alunos assistem a aula em uma escola pública em Parintins, no Amazonas; Estado está entre os que concentram escolas que recebem crianças de classes sociais baixas

Os dados fazem parte de um tabelamento dos microdados da Prova Brasil 2007 feito pelo pesquisador Ernesto Martins Faria, do site Estudando Educação (estudandoeducacao.com). Os dados de 2009 ainda não foram divulgados e não há previsão de publicação.

Faria levou em conta os questionários socioeconômicos que compõem a avaliação. Foram consideradas todas as 47.976 escolas que fizeram a prova. Delas, 11.994 têm alunos com condições socioeconômicas precárias matriculados.

A maior parte dessas escolas se situa nas Regiões Norte e Nordeste do País. Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins têm pelo menos uma escola pública com esse perfil.

Para Faria, a situação é preocupante porque os alunos que são atendidos nessas escolas são justamente os que chegam mais defasados. "São esses que mais necessitam de atenção porque, normalmente, vêm de famílias em que os pais têm escolaridade baixa", explica.

Para ele, o contexto se agrava porque essas escolas são aquelas que não apresentam uma infraestrutura de qualidade - geralmente, não têm grandes bibliotecas, prédios em condições adequadas e boas equipes pedagógicas. "O aluno precisa estudar numa escola onde ele sinta que há incentivo. Não é o que acontece numa escola que não dá todo o conteúdo programado."

Problemas. O não cumprimento do currículo escolar nesses colégios pode ter origem em diversas fontes, segundo os especialistas. As faltas dos alunos são apontadas como um dos fatores e podem ocorrer por diversos motivos, como a dificuldade de acesso ao colégio - em municípios do interior do País, por exemplo - e as condições ruins de infraestrutura da escola - que não são suficientes para garantir as aulas.

"É claro que entre o que está programado e o que é cumprido existe sempre uma diferença", afirma Ocimar Alavarse, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). "Mas existem escolas onde faltam luz e cadeiras."

O absenteísmo dos docentes também aparece entre as possíveis causas. "As escolas situadas nas regiões mais pobres têm mais dificuldades para atrair e manter professores", afirma Alavarse. "Tudo isso pesa no conteúdo a ser desenvolvido."

Antonio Batista, coordenador de desenvolvimento de pesquisas do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), chama a atenção para o fato de que o Brasil não tem um currículo único - ou seja, cada cidade e Estado tem suas próprias programações de conteúdos.

"Em tese, o não cumprimento do currículo significa menos conteúdo e um cerceamento do direito da criança a uma aprendizagem de qualidade", afirma. "Apesar disso, em certos casos, cumprir todo o currículo não implica necessariamente que a criança aprenda tudo, porque, para alcançar a abordagem completa de currículos muito extensos, o ensino pode se tornar muito superficial ou sobrecarregar a criança de informações."

Para os pesquisadores, procurar soluções para resolver o quadro passa por meios que fixem o professor nessas escolas. "Em vez de dar bônus, o melhor seria investir na melhoria da infraestrutura e dar adicionais a esses docentes dentro de uma política de carreira", afirma Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

PARA ENTENDER

São 4 faixas de renda

A pesquisa dividiu as escolas que participaram da Prova Brasil em quatro faixas de renda, de acordo com a quantidade de bens que os alunos declararam possuir - como TV, rádio, carro e geladeira, por exemplo. Entraram também nessa conta o serviço de empregada mensalista e a quantidade de banheiros de cada casa.

A somatória de todos os itens deu uma pontuação a cada aluno, que foram divididos em quartis de acordo com a classe socioeconômica.

A Prova Brasil avalia, de dois em dois anos, os alunos de 5.º e 9.º anos do ensino fundamental da rede pública. Além das questões de matemática e língua portuguesa, os estudantes respondem a questionários socioeconômicos que podem ser associados ao desempenho deles na avaliação. Professores e diretores também respondem a questionários.

'Além de pôr na escola, é preciso avaliar aprendizagem'

Para japonês, Brasil deu apenas o primeiro passo ao universalizar o acesso de crianças ao ensino fundamental

Carlos Lordelo ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

ENTREVISTA - Kazuhiro Yoshida, pesquisador e professor do Centro de Estudos para a Cooperação Internacional em Educação da Universidade de Hiroshima

Kazuhiro Yoshida viaja o mundo para contar os segredos do sucesso do sistema educacional de seu país, que colocou todas as crianças na escola no início do século 20. Professor da Universidade de Hiroshima, ele aponta cinco motivos para o destaque do Japão em avaliações internacionais, entre eles o número de horas que os alunos dedicam aos livros e a paixão dos professores pela profissão. Ele esteve este mês no Brasil para o encontro internacional de educação Sala Mundo Curitiba. Depois de sua palestra, conversou com o Estado.

O que o Japão pode ensinar ao Brasil sobre educação?

Vocês podem aprender conosco, mas precisam saber que o contexto e a motivação para o desenvolvimento do nosso sistemas educacionais são diferentes, em termos históricos, sociais e culturais. No Japão, o governo pensou que era importante educar a população como um marco da fundação de um Estado nacional. No início do século passado, universalizamos o acesso à educação básica. Olhando da perspectiva das pessoas, elas querem estudar para melhorar a qualidade de vida. Do lado do desenvolvimento industrial, os empresários esperam que a educação forme recursos humanos para o trabalho. Então tudo depende do que vocês querem da educação.

Conseguimos universalizar o acesso ao ensino fundamental só nos anos 1990. E agora, quais desafios temos pela frente?

Universalizar o acesso é apenas um aspecto do desenvolvimento educacional. Não adianta todo mundo ir para a escola se você não avalia o quanto as crianças aprendem. A questão demanda políticas públicas adequadas ao contexto brasileiro da desigualdade social. É preciso, por exemplo, compensar os pais pelo custo de enviar seus filhos para a escola.

Qual o papel dos pais na educação dos filhos?

Fundamental. Além de matricular as crianças, o mais importante é encorajá-las a estudar e não forçá-las.

De que maneira?

Saia de casa e exponha seu filho aos mistérios da natureza. Ou sente-se com a criança e leia livros interessantes. Depois, faça algumas questões, pergunte o que ele acha.

Por que os asiáticos são tão bons em matemática?

Nós queríamos dominar essa habilidade, necessária no dia a dia. Tivemos uma condição histórica que permitiu a todo mundo ter acesso à educação básica. Não surpreende que as pessoas quisessem aprofundar o aprendizado. E o Japão desenvolveu um sistema avançado de ensino de matemática. E se adaptou aos modelos ocidentais.

A China teve o melhor desempenho no Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) de 2009. Qual o segredo?

Cada país tem um propósito ao participar do Pisa. Isso depende de suas políticas públicas. Provavelmente a China gostaria de se impor um alto nível de exigência. Muitas nações desenvolvidas usam o exame para avaliar seus sistemas educacionais e compará-los com os de outros países. Mas o Pisa analisa outras coisas, como a qualidade do ensino e como os pais cuidam da educação dos filhos. Isso deve ser levado em consideração ao se interpretar os resultados. No caso da China, talvez eles quisessem se mostrar capazes ao resto do mundo. Sabemos que é um país muito diverso, em termos de população, de distribuição de renda, de participação política. E igualdade é um problema crucial para eles. O Brasil também sabe as dificuldades que enfrenta. Não acho que vocês devam sentir que a China está muito mais avançada que vocês.

Vários rankings comparam universidades. Em alguns, nossa instituição mais prestigiada, a USP, nem aparece entre as top 100. Como melhorar o ensino superior?

Vocês precisam saber avaliar a real capacidade de suas instituições e a importância de aparecer numa tabela com outras universidades. Os critérios dos rankings são úteis para suas universidades? Se forem, vocês precisam descobrir em que aspectos estão realmente atrás.

QUEM É

Mestre em Filosofia do Desenvolvimento pela Universidade de Sussex (Inglaterra), é professor da Universidade de Hiroshima, onde pesquisa sistemas educacionais. Representa o Banco Japonês para a Cooperação

Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava

Em recente operação que fiscalizou oficinas subcontratadas de fabricante de roupas da Zara, 15 pessoas, incluindo uma adolescente de 14 anos, foram libertadas de trabalho escravo contemporâneo em plena capital paulista

Por Bianca Pyl e Maurício Hashizume*
DA REPORTER BRASIL - AGENCIA DE NOTICIAS

São Paulo (SP) - Nem uma, nem duas. Por três vezes, equipes de fiscalização trabalhista flagraram trabalhadores estrangeiros submetidos a condições análogas à escravidão produzindo peças de roupa da badalada marca internacional Zara, do grupo espanhol Inditex.

Na mais recente operação que vasculhou subcontratadas de uma das principais "fornecedoras" da rede, 15 pessoas, incluindo uma adolescente de apenas 14 anos, foram libertadas de escravidão contemporânea de duas oficinas - uma localizada no Centro da capital paulista e outra na Zona Norte.

A investigação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP) - que culminou na inspeção realizada no final de junho - se iniciou a partir de uma outra fiscalização realizada em Americana (SP), no interior, ainda em maio. Na ocasião, 52 trabalhadores foram encontrados em condições degradantes; parte do grupo costurava calças da Zara.

"Por se tratar de uma grande marca, que está no mundo todo, a ação se torna exemplar e educativa para todo o setor", coloca Giuliana Cassiano Orlandi, auditora fiscal que participou de todas as etapas da fiscalização. Foi a maior operação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano da SRTE/SP, desde que começou os trabalhos de rastreamento de cadeias produtivas a partir da criação do Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo - Cadeia Produtiva das Confecções.

A ação, complementa Giuliana, serve também para mostrar a proximidade da escravidão com pessoas comuns, por meio dos hábitos de consumo. "Mesmo um produto de qualidade, comprado no shopping center, pode ter sido feito por trabalhadores vítimas de trabalho escravo".

O quadro encontrado pelos agentes do poder público, e acompanhado pela Repórter Brasil, incluía contratações completamente ilegais, trabalho infantil, condições degradantes, jornadas exaustivas de até 16h diárias e cerceamento de liberdade (seja pela cobrança e desconto irregular de dívidas dos salários, o truck system, seja pela proibição de deixar o local de trabalho sem prévia autorização). Apesar do clima de medo entre as vítimas, um dos trabalhadores explorados confirmou que só conseguia sair da casa com a autorização do dono da oficina, só concedida em casos urgentes, como quando levou seu filho ao médico.

Quem vê as blusas de tecidos finos e as calças da estação nas vitrines das lojas da Zara não imagina que, algumas delas, foram feitas em ambientes apertados, sem ventilação, sujos, com crianças circulando entre as máquinas de costura e a fiação elétrica toda exposta. Principalmente porque as peças custam caro. Por fora, as oficinas parecem residências, mas todas têm em comum as poucas janelas sempre fechadas e com tecidos escuros para impedir a visão do que acontece do lado de dentro das oficinas improvisadas.

As vítimas libertadas pela fiscalização foram aliciadas na Bolívia e no Peru, país de origem de apenas uma das costureiras encontradas. Em busca de melhores condições de vida, deixam os seus países em busca do "sonho brasileiro". Quando chegam aqui, geralmente têm que trabalhar inicialmente por meses, em longas jornadas, apenas para quitar os valores referentes ao custo de transporte para o Brasil. Durante a operação, auditores fiscais apreenderam dois cadernos com anotações de dívidas referentes à "passagem" e a "documentos", além de "vales" que faziam com que o empregado aumentasse ainda mais a sua dívida. Os cadernos mostram alguns dos salários recebidos pelos empregados: de R\$ 274 a R\$ 460, bem menos que o salário mínimo vigente no país, que é de R\$ 545.

As oficinas de costura inspecionadas não respeitavam nenhuma norma referente à Saúde e Segurança do Trabalho. Além da sujeira, os trabalhadores conviviam com o perigo iminente de incêndio, que poderia tomar grandes proporções devido a quantidade de tecidos espalhados pelo chão e à ausência de janelas, além da falta de extintores de incêndio. Após um dia extenuante de trabalho, os costureiros, e seus filhos, ainda eram obrigados a tomar banho frio. Os chuveiros permaneciam desligados por conta da sobrecarga nas instalações elétricas, feitas sem nenhum cuidado, que aumentavam os riscos de incêndio.

As cadeiras nas quais os trabalhadores passavam sentados por mais de 12 horas diárias eram completamente improvisadas. Alguns colocavam espumas para torná-las mais confortáveis. As máquinas de costura não possuíam aterramento e tinham a correia toda exposta (foto acima). O descuido com o equipamento fundamental de qualquer confecção ameaçava especialmente as crianças, que circulavam pelo ambiente e poderiam ser gravemente feridas (dedos das mãos decepados ou até escalpelamento).

Para Giuliana, a superexploração dos empregados, que têm seus direitos laborais e previdenciários negados, tem o aumento das margens de lucro como motivação. "Com isso, há uma redução do preço dos produtos, caracterizando o dumping social, uma vantagem econômica indevida no contexto da competição no mercado, uma concorrência desleal".

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lavrou 48 autos de infração contra a Zara devido as irregularidades nas duas oficinas. Um dos autos se refere à discriminação étnica de indígenas quéchua e aimará. De acordo com a análise feita pelos auditores, restou claro que o tratamento dispensado aos indígenas era bem pior que ao dirigido aos não-indígenas.

"Observa-se com nitidez a atitude empresarial de discriminação. Todos os trabalhadores brasileiros encontrados trabalhando em qualquer um dos pontos da cadeia produtiva estavam devidamente registrados em CTPS [Carteira de Trabalho e Previdência Social], com jornadas de trabalho condizentes com a lei, e garantidos em seus direitos trabalhistas

e previdenciários", destaca o relatório da fiscalização. "Por outro lado, os trabalhadores imigrantes indígenas encontram-se em situação de trabalho deplorável e indigno, em absoluta informalidade, jornadas extenuantes e meio ambiente de trabalho degradante".

A equipe de fiscalização foi composta por dois agentes da Polícia Federal (PF), integrantes do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, auditores da SRTE/SP e dirigente do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco.

Blusas e vestidos

A primeira oficina vistoriada mantinha seis pessoas, incluindo uma adolescente de 14 anos, em condições de trabalho escravo. No momento da fiscalização, os empregados finalizavam blusas da Coleção Primavera-Verão da Zara, na cor azul e laranja (fotos acima). Para cada peça feita, o dono da oficina recebia R\$ 7. Os costureiros declararam que recebiam, em média, R\$ 2 por peça costurada. No dia seguinte à ação, 27 de junho, a reportagem foi até uma loja da Zara na Zona Oeste de São Paulo (SP), e encontrou uma blusa semelhante, fabricada originalmente na Espanha, sendo vendida por R\$ 139.

A oficina funcionava em um cômodo de uma casa pequena - na parte de cima de um sobrado. Seis máquinas de costura ocupavam uma pequena sala. Dois quartos abrigavam todos os trabalhadores, inclusive casais com filhos. O espaço era dividido por guarda-roupas e panos. No banheiro, não havia água banho quente, pois o chuveiro estava desligado para reduzir o consumo de energia elétrica, que era totalmente destinada à produção.

A adolescente de 14 anos tomava conta das duas crianças enquanto as mães trabalhavam. Ela ajudava também na limpeza da casa e no preparo das refeições. No Brasil desde 2010, não está estudando. Seu irmão juntou dinheiro e foi buscá-la na capital boliviana de La Paz.

A fiscalização lacrou a produção e apreendeu parte das peças, incluindo a peça piloto da marca Zara. As máquinas de costura também foram interditadas por não oferecerem segurança aos trabalhadores.

Da outra oficina localizada em movimentada avenida do Centro, foram resgatadas nove pessoas que produziam uma blusa feminina e vestidos para a mesma coleção Primavera-Verão da Zara.

A intermediária AHA (que também utilizava a razão social SIG Indústria e Comércio de Roupas Ltda.) pagava cerca de R\$ 7 por cada peça para a dona da oficina, que repassava R\$ 2 aos trabalhadores. Peça semelhante a que estava sendo confeccionada foi encontrada em loja da marca com o preço de venda de R\$ 139.

Uma jovem de 20 anos, vinda do Peru, disse à reportagem que chegou a costurar 50 vestidos em um único dia. Em condições normais, estimou com Maria Susicléia Assis, do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, seria preciso um tempo muito maior para que a mesma quantidade da difícil peça de vestuário fosse toda costurada.

Há 19 anos no Brasil, a boliviana que era dona da oficina teve todos os seus oito filhos (entre 5 meses e 15 anos) nasceram aqui. Ela sonha em dar um futuro melhor aos rebentos, para que não tenham que trabalhar "nas máquinas, com costura". "Todo mundo na minha terra que vinha para o Brasil dizia que aqui era bom. E eu vim", contou a senhora.

Parte da produção foi apreendida, assim como as peças pilotos, que carregavam instruções da Zara de como confeccionar a peça de acordo com o padrão definido pela varejista multinacional. "Isso demonstra a subordinação das oficinas e da AHA em relação à Zara", realça Giuliana. A oficina e um dos quartos, onde dormiam dois trabalhadores e duas crianças, foram interditados. A fiação elétrica estava totalmente exposta e havia possibilidade de curto-circuito.

Os trabalhadores declararam trabalhar das 7h30 às 20h, com uma hora de almoço, de segunda à sexta-feira. Aos sábados, o trabalho seguia até às 13h. Um trabalhador chegou a relatar que há dias em que o trabalho se estende até às 22h.

O local funciona em um sobrado de dois andares (foto ao lado), com muitos cômodos. O maior deles, onde os trabalhadores passavam a maior parte do dia, acomodava as máquinas. Os cinco banheiros estavam muito sujos. Somente três possuíam chuveiros, mas todos também estavam desligados.

Um dos trabalhadores, irmão da dona da oficina, está no Brasil há sete anos e já possui os documentos e até CTPS. "Eu trabalho na costura desde que cheguei. Mas eu queria mesmo era trabalhar com música. Eu consegui comprar algum equipamento já".

Outro jovem, de 21 anos, disse que não gosta muito do trabalho porque é "cansativo". Ele recebe, em média, R\$ 500 por mês. "Eu vou voltar para a Bolívia. Queria estudar Turismo e trabalhar com isso. A costura é só para sobreviver", projetou.

A Zara foi avisada do flagrante no momento da ação pelos auditores fiscais e convidada a ir até a oficina de costura, mas não compareceu.

No dia seguinte, compareceram à sede da SRTE/SP dois diretores, que não quiseram participar da reunião de exposição dos fatos. Até o advogado da empresa foi embora sem ver as fotos da situação encontrada. Somente duas advogadas da AHA (que no início da reunião se apresentaram como enviadas dos donos das oficinas e até dos trabalhadores) participaram da reunião com os auditores. A empresa não providenciou sequer alimentação às vítimas, que ficou a cargo do sindicato da categoria.

Fluxograma

A intermediária na contratação das duas oficinas em que houve libertações é a AHA Indústria e Comércio de Roupas Ltda. No período de abril a junho deste ano, a produção de peças para a Zara chegou a 91% do total. A SRTE/SP descobriu que há 33 oficinas sem constituição formal, com empregados sem registros e sem recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) contratadas pela AHA para a executar a atividade

de costura.

Por meio de análises de documentos da empresa AHA, incluindo contábeis, a fiscalização verificou que, neste mesmo período, mais de 46 mil peças foram produzidas para a Zara sem nenhuma formalização.

Durante o período auditado pela fiscalização (julho de 2010 a maio deste ano), a AHA foi a fabricante da Zara que mais cresceu em faturamento e número de peças de roupas faturadas para a marca, a ponto, na descrição da SRTE/SP, de se tornar a maior fornecedora da Zara na área de tecidos planos. Entretanto, chamou a atenção dos agentes que, nesse mesmo período, a empresa diminuiu o número de empregados formalizados. Os contratados diretamente da AHA passaram de 100 funcionários para apenas 20 (gráfico abaixo). A redução do de trabalhadores na função de costureiros foi ainda mais drástica: dos anteriores 30 para cinco funcionários exercendo a função.

"O nível de dependência econômica deste fornecedor para com a Zara ficou claro para a fiscalização. A empresa funciona, na prática, como extensão de logística de sua cliente preponderante, Zara Brasil Ltda.", sustentam os auditores fiscais do trabalho que estiveram à frente da investigação.

Foi apurado que até a escolha dos tecidos era feita pelo Departamento de Produtos da Zara. Mas o fabricante terceirizado encaminhava peças piloto por conta própria para a matriz da Zara (Inditex) na Espanha, após a aprovação de um piloto pela gerente da Zara Brasil. Somente após a anuência final da Europa, o pedido oficial era emitido para o recebimento das etiquetas. Na opinião de Luís Alexandre Faria, auditor fiscal que comandou as investigações, a empresa faz de tudo, porém, para não "aparecer" no processo.

Para a fiscalização trabalhista, não pairam dúvidas acerca do gerenciamento da produção por parte da Zara. Entre os atos típicos de poder diretivo, os agentes ressaltaram "ordens verbais, fiscalização, controle, e-mails solicitando correção e adequação das peças, controle de qualidade, reuniões de desenvolvimento, cobrança de prazos de entrega etc."

Os 48 autos de infração foram lavrados em nome da Zara. "A empresa tem responsabilidade por quem trabalha para ela. Esses trabalhadores estavam produzindo peças da Zara, e seguindo determinações da empresa", coloca Giuliana. É a chamada responsabilização estrutural, completa Luís. "Essa é a atividade fim da empresa, a razão de sua existência. Portanto, é dever dela saber como suas peças estão sendo produzidas".

A confecção de uma calça gerava ao dono da oficina terceirizada R\$ 6, em média. Este valor era dividido em três partes: R\$ 2 para os trabalhadores; R\$ 2 para as despesas com alimentação, moradia e outros custos; e R\$ 2 para o dono da oficina. Após a produção na oficina, a intermediária (AHA) recolhia a produção e encaminhava as peças à lavanderia, também terceirizada. Depois, o produto ainda era acabado e embalado para ser entregue à Zara.

Após os flagrantes, os trabalhadores compareceram à SRTE/SP, onde foram colhidos depoimentos e emitidas as carteiras e as guias de Seguro Desemprego para Trabalhador Resgatado. Parte das vítimas já havia dado entrada na documentação obter o visto de permanência no Brasil.

As verbas rescisórias, que acabaram sendo pagas pela intermediária AHA, totalizaram mais de R\$ 140 mil. As contribuições previdenciárias sonegadas e pagas a posteriori somaram cerca de R\$ 7,2 mil. Já as contribuições sociais e ao FGTS sonegadas chegaram à R\$ 16,3 mil.

Primeiro flagrante de trabalho escravo na cadeia produtiva da Zara foi em Americana (Fotos: BP)

A Repórter Brasil entrou em contato com a AHA, que preferiu não responder especificamente ao conjunto de perguntas enviadas. A advogada da fornecedora da Zara enviou apenas uma nota escrita em que declarou que a empresa "jamais teve conhecimento da utilização, pelas oficinas contratadas, de mão de obra escrava; jamais teve qualquer participação na contratação dos funcionários de referidas oficinas; e, assim que tomou conhecimento de irregularidades constatadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, imediatamente adotou todas as providências necessárias à regularização".

A intermediária alega ainda em seu comunicado que "prestou serviços não só à Zara, como a outras empresas" e "que repudia toda e qualquer utilização, por quem quer que seja", de trabalho análogo à escravidão.

Calças

O primeiro flagrante de oficina em condições degradantes com pessoas costurando peças para a Zara se deu em Americana (SP), interior de São Paulo, no final de maio. Motivada pela denúncia de um trabalhador, a ação foi realizada pela Gerência Regional do Trabalho e Emprego (GRTE) de Campinas (SP), pela Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (PRT-15) e pela Polícia Federal (PF). A Vigilância Sanitária de Americana foi chamada a atuar e interditou os alojamentos. Os empregados não foram retirados por causa da inexistência de abrigos para este fim no município.

Foram encontrados 52 trabalhadores, sendo cinco deles brasileiros. O restante do grupo era formado por bolivianos. Na oficina de Narciso Atahuichy Choque, os empregados eram submetidos à jornada exaustiva e expostos a riscos. Além disso, muitos trabalhadores foram aliciados na Bolívia e chegaram ao Brasil devendo o valor da passagem.

O alojamento e o local de trabalho estavam em condições degradantes e insalubres. Havia risco de incêndio devido à sobrecarga nas precárias instalações elétricas. Poderia haver explosão, por causa dos botijões de gás de cozinha encontrados irregularmente nos quartos.

A oficina funcionava em um imenso galpão de dois andares. No andar superior, ficavam os alojamentos e a cozinha. No inferior, as máquinas. A fiação elétrica estava exposta e o

local era muito sujo. Havia um bebedouro, porém somente um copo plástico para todos dividirem. Os pequenos quartos abrigavam famílias inteiras e grupos de até cinco trabalhadores. Alguns cômodos tinham alimentos espalhados, armazenados de forma inadequada.

Um grupo de trabalhadores costurava uma calça jeans da Coleção Primavera-Verão da Zara. Cada trabalhador fazia uma parte da peça e o valor de, em média, R\$ 1,80, era dividido pelo grupo todo, composto por sete pessoas. O dono da oficina afirmou que trabalha há cinco anos com a intermediária Rhodes e que aproximadamente 70% da sua produção é destinada à empresa. A oficina é especializada em calças e bermudas. Uma funcionária da Rhodes costuma visitar e verificar as condições e o ritmo de produção da oficina.

Após a fiscalização, a Rhodes pagou as verbas rescisórias de cada trabalhador. A fiscalização foi à nova oficina de Narciso, em 26 de junho, e constatou melhorias. Entre elas, o registro de todos os funcionários, regularização migratória, submissão de costureiros a exames médicos.

De acordo com auditores fiscais da GRTE de Campinas (SP), houve adequação da instalação elétrica e melhora do espaçamento entre as máquinas. Os trabalhadores agora utilizam cadeiras com melhores condições ergonômicas e de conforto. A iluminação também foi melhorada e os equipamentos de incêndio estão todos válidos e sinalizados. As saídas de emergência foram demarcadas. "Com a mudança da oficina e a suspensão da interdição, grande parte dos trabalhadores voltaram a trabalhar de forma regular nas novas instalações da mesma oficina", discorre a auditora Márcia Marques. Foram lavrados 30 autos de infração contra a intermediária Rhodes pelas irregularidades encontradas. Nove autos se referem às questões trabalhistas e as demais infrações estão relacionadas à saúde e segurança do trabalho. A reportagem não conseguiu entrar em contato com a Rhodes pelos telefones da empresa.

Made in Brazil

Em resposta a questões sobre os ocorridos enviadas pela Repórter Brasil, a Inditex - que é dona da Zara e de outras marcas de roupa com milhares de lojas espalhadas mundo afora - classificou o caso envolvendo a AHA e as oficinas subcontratadas como "terceirização não autorizada" que "violou seriamente" o Código de Conduta para Fabricantes.

Seungod a Inditex, o Código de Conduta determina que qualquer subcontratação deve ser autorizada por escrito pela Inditex. A assinatura do Código do Conduta é obrigatória para todos os fornecedores da companhia e foi assumido pelo fornecedor em questão (AHA/SIG).

A empresa disse ter agido para que o fornecedor responsável pela "terceirização não autorizada" pudesse "solucionar" a situação imediatamente, assumindo as compensações econômicas dos trabalhadores e comprometendo-se a corrigir as condições de trabalho da oficina flagrada com escravidão.

Haverá, segundo a Inditex, um reforço an revisão do sistema de produção da AHA, assim como das outras empresas no Brasil, para garantir que não exista outro caso como este. "Estamos trabalhando junto com o MTE para a erradicação total destas práticas que violam não só nosso rígido Código de Conduta, como também a legislação trabalhista brasileira e internacional".

Em 2010, a Inditex produziu mais de 7 milhões de unidades de peças no Brasil, desenvolvidas, segundo a empresa, por cerca de 50 fornecedores que somam "mais de 7 mil trabalhadores". O total de peças que estava sendo produzido irregularmente (algumas centenas de peças), adicionou a Inditex, representa "uma porcentagem inferior a 0,03%" da produção do grupo, que é um dos maiores do mundo no segmento, no país.

A maior parte dos produtos do grupo que comanda a Zara é feita na Europa. Metade é confeccionada em países como Espanha (onde a empresa mantém fábricas próprias) ou Portugal. Outros 14% são fabricados em outras nações europeias como Turquia e Itália. A produção no Brasil corresponde a algo inferior a 1% do total. Em 2010, 30 lojas da Zara já estavam em funcionamento no país. São cerca de 2 mil profissionais contratados diretamente.

"No que se refere à presença comercial, o Brasil é o terceiro mercado mais importante da Inditex no continente americano, ficando atrás somente dos Estados Unidos e do México", colocou a empresa, que manifestou intenção de não abandonar a produção no país. "A Inditex prevê seguir crescendo no Brasil com a abertura de novas lojas a curto, médio e longo prazo".

****A jornalista da Repórter Brasil acompanhou a fiscalização da SRTE/SP como parte dos compromissos assumidos no Pacto Contra a Precarização e pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo - Cadeia Produtiva das Confecções***

OPINIÃO

Escravidão com etiqueta

Todos fomos convencidos na escola de que a Lei Áurea pôs fim à escravidão. Não é o que revela blitz do Ministério do Trabalho em oficinas de confecção em São Paulo

*José de Souza Martins**
O ESTADO DE S PAULO

O impacto de que há escravidão entre nós, na própria cidade de São Paulo e em municípios do interior paulista, pode ser medido pela repercussão do fato na internet e pelo incômodo de consciência que vem causando. Indústrias de confecção, terceirizadas de famosa marca

internacional de roupas, foram flagradas violando a legislação trabalhista do País por utilizarem o trabalho clandestino de imigrantes bolivianos e peruanos, em regime análogo ao da escravidão. Há uma persistente anomalia em relações de trabalho de algumas de nossas atividades econômicas. Mas por aí se constata também nossa consciência difusa de iniquidades que persistem tanto tempo depois da Lei Áurea.

Todos fomos convencidos, na própria escola, de que a Lei Áurea pôs fim ao cativeiro e inaugurou uma era de trabalho livre. Trabalho livre quer dizer trabalho regulado por um contrato de trabalho entre iguais, com base em direitos trabalhistas fixados em lei, mediante pagamento de salário. As coisas não foram bem assim. A igualdade jurídica dos trabalhadores se impôs entre nós muito lentamente e estamos bem longe de tê-la universalizado. O próprio salário como pelo menos o mínimo necessário à reprodução do trabalhador e sua família não raro fica aquém desse limite de sobrevivência. O caso de agora, em São Paulo, é mais dessa sobre-exploração do trabalho: uma peça de roupa fabricada numa dessas oficinas custa na loja R\$ 139 e o operário que a costura recebe por ela R\$ 2. Para sobreviver, esse operário deve trabalhar pelo menos 12 horas por dia.

O que terminou, em 1888, com a Lei Áurea foi a escravidão negra, do escravo-coisa e mercadoria, objeto e propriedade de seu senhor, sujeito a castigo físico e comércio, semovente, equivalente dos animais de trabalho e tração. Mas não terminou o trabalho propriamente servil. Ainda no começo do século 20 Euclides da Cunha, em pequeno estudo, discorria sobre os meios de sujeição dos trabalhadores nos seringais da Amazônia, no chamado regime de peonagem, a escravidão por dívida. Algo próximo do que foi constatado em São Paulo nestes dias envolvendo duas oficinas terceirizadas de produção do vestuário do selo Zara. Essa empresa tem 50 terceirizadas no País e emprega 7 mil trabalhadores.

Após o fim da escravidão negra, o Brasil mal tem escondido a persistência desse tipo de cativeiro. Ocorrendo geralmente em fazendas de remotas regiões do País, ganham visibilidade apenas no noticiário ocasional, raramente sensibilizando a grande massa da população. Desde 1995, no início do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil tem um ativo e eficiente programa de combate à escravidão, que conseguiu reduzir significativamente o número de ocorrências. Mas a escravidão por dívida tem demonstrado notável capacidade de regeneração. Ela é o fundamento do chamado lucro extraordinário, aquele que excede em muito a taxa média de lucro. Geralmente, é prática de economias à margem da economia formal e organizada, em setores que por sua localização estão relativamente protegidos contra a fiscalização e protegidos também pelo uso de jagunços e pistoleiros. Cálculos feitos há alguns anos indicavam porcentagem relativamente alta de assassinatos de trabalhadores em casos de fuga, bem como casos graves de crueldade e tortura como meios de punir fugas de trabalhadores.

A novidade que vem crescendo entre nós é a da sobre-exploração do trabalho na indústria urbana, e mesmo o cativeiro. Não é de agora que a indústria dos países ricos recorre à mão de obra residente nos países pobres para pagar salários baixos por mercadorias que serão vendidas a preços de países ricos. As confecções estão entre as mercadorias que melhor se encaixam nessa lógica econômica. Na verdade, o Brasil está sendo alcançado pelo modelo asiático de relações de trabalho, os trabalhadores trabalhando praticamente pela mera

subsistência ou até menos. A economia moderna há muito está à procura do trabalho puro, o trabalho sem trabalhador, algo que de fato representa um retrocesso em relação à própria escravidão, em que o escravo era tratado como bem precioso e, portanto, em tese e em termos relativos, até melhor do que as atuais vítimas da escravidão por dívida.

Em 2005, segundo estimativa da Organização Internacional do Trabalho, havia 12,3 milhões de pessoas no mundo sujeitas a trabalho forçado, especialmente no sul da Ásia e na África. Indústrias famosas de roupas e tênis têm sido denunciadas pela prática da escravidão na confecção de seus produtos em países pobres. Mas há também denúncias relativas à indústria de bolas de futebol e mesmo de tapetes, na Índia.

Geralmente, em todas as partes e aqui também, a terceirização das atividades produtivas tem sido um alibi utilizado por grandes empresas para livrarem-se das responsabilidades pela prática da escravidão em face da lei local. A responsabilidade acaba sendo transferida para o terceirizado.

***JOSÉ DE SOUZA MARTINS, SOCIÓLOGO E PROFESSOR EMÉRITO DA USP, É AUTOR DE UMA ARQUEOLOGIA DA MEMÓRIA SOCIAL (ATELIÊ EDITORIAL 2011)**

REFÚGIO - ESPAÇO CULTURAL ZUMBIS

www.refugiozumbis.blogspot.com

29/08/2011 09:46:44

Crianças pobres já têm maioria penal

*Cristian Góes**

Na última semana, a rede Globo, em seus principais veículos de imprensa, fez sua parte no coro nacional de uma elite horrorizada com crianças e adolescentes pobres, em pequenos delitos na capital paulista. Uma equipe de tv colou em um grupo de crianças/meninas que agia na madrugada. Presas e jogadas de um canto para outro, elas reagiam, inclusive contra as gravações. O único objeto furtado de toda noite foi um celular de uma camareira de um hotel. Mas as cenas, repetidas várias e várias vezes em todos os telejornais nacionais, revelavam perigo, violência, horror e descontrole.

Era mais uma reportagem desprezível sobre a violência? Óbvio que não! No conteúdo da mensagem estava à defesa pura e cristalina da emissora, voz e porta-voz de uma classe dominante, da campanha pela redução da maioria penal no país. Quanto mais se aprofundam os efeitos de um sistema capitalista devastador do homem e da natureza, mais avançam ideias e ações conservadoras na sociedade para proteger seu patrimônio contra as ameaças das classes perigosas. E aí vale tudo: prisão de flanelinhas, aplausos às execuções de suspeitos em troca de tiros com a polícia, castração química de suspeitos, criminalização dos trabalhadores que reclamam melhores condições de trabalho e salário, redução da maioria penal, etc, etc.

No caso de crianças e adolescentes pobres, essa maioria penal pretendida já existe na prática e faz tempo. Os que foram flagrados nas lentes da tv, geralmente são filhos de pais que estão ou já estiveram nas ruas. Aquelas crianças nasceram em condições desumanas, submetidas ao abandono e ao desprezo social. Nasceram e crescem em ambientes de ausência (família, escola, saúde, trabalho, habitação, lazer, etc), de violência, drogas e de sobrevivência selvagem. Crianças pobres e marginalizadas, condenadas a um clipe embrutecido de vida. Condená-las ainda ao quê? Quais as penas ainda a serem impostas a elas? Encarcerá-las cada vez mais cedo é a solução? Claro que não!

Na outra ponta, a mesma sociedade hipócrita que cobra a redução da maioria penal continua a produzir adolescentes ricos e perversos, que sem limites, não aceitam às diferenças e desenvolvem uma cultura de ódio de classe, de homofobia, de racismo. Queimam índios, matam mendigos, xingam negros, espancam quem os contrarie, usam seus possantes carros para as maiores barbaridades, tudo dentro da maior naturalidade. Abridados por uma parentela influente nos poderes do Estado, gozam de impunidade e, para eles, a maioria nunca os atingirá. Mais tarde, alguns chegaram a postos de comando na sociedade e devem continuar a produzir uma sociedade assim.

Voltando às vítimas da redução da maioria, na semana passada, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos divulgou estudo da Unicef informando que as crianças e adolescentes eram responsáveis somente por 10% dos homicídios praticados, mas ao mesmo tempo elas são vítimas de mais de 40% dos casos de homicídio. Segundo a Unicef também divulgou, a redução da maioria penal não resultou em diminuição da violência entre crianças e adolescentes em 54 países pesquisados no ano de 2007 que, a exemplo dos Estados Unidos, adotaram a medida. Crianças saem muito piores do que entraram no sistema prisional. Resta provado por estatísticas, pelos fatos e pela história que a violência, inclusive a estatal, só produz mais violência.

Com a sociedade que se tem, não há necessidade de se encarcerar crianças e adolescentes pobres. Uma vida sem família, sem comida, sem casa, sem educação, sem saúde, sem lazer, sem perspectiva de dignidade vai produzir o quê? Como enfrentar essas ausências? Com prisões?

** É jornalista em Aracaju/SE*

IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DA VIOLÊNCIA NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

AGOSTO | Ano 2011

Equidade para a Infância tem o prazer de convidá-lo para o:

O encontro será propício para refletir sobre o impacto das políticas de segurança e da violência nos direitos das crianças e adolescentes, em casos como a infância e adolescência em situação de rua no Brasil, a situação deste grupo social em relação com o conflito armado e o deslocamento forçado na Colômbia, e com a militarização e o tráfico de drogas no México. A participação é gratuita, sendo necessária confirmação prévia. Data limite para inscrever-se: 02/09/11

OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DA VIOLÊNCIA NOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES SERÃO TEMAS EM DISCUSSÃO NO ENCONTRO

Nos dias 13 e 14 de setembro a cidade de São Paulo sediará o COLÓQUIO_ POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DIREITOS HUMANOS: ENFOCANDO A PRIMEIRA INFÂNCIA, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA_. O Colóquio, que será realizado no Centro Universitário Maria Antônia da USP, tem organização de Equidade para a Infância América Latina, Rede Nacional Primeira Infância, Instituto Arcor Brasil, Fundación Arcor (Argentina) e Instituto C&A, tendo como aliados o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) e a Rede ANDI.

Este evento proposto por Equidade para a Infância América Latina tem como finalidade promover um debate sobre as políticas de segurança em termos dos seus impactos nos direitos das crianças e adolescentes, a partir de uma perspectiva latino-americana.

CRIANÇAS EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E CONFLITO NO BRASIL, MÉXICO E COLÔMBIA

O debate estará dirigido principalmente à análise da realidade brasileira, mas promovendo o diálogo da situação nacional com as experiências e contribuições de outros países latino-americanos, como Colômbia e México.

A iniciativa é motivada pela preocupação em relação às condições de vida e às múltiplas formas de violência que afetam direta e indiretamente tanto as crianças pequenas a partir dos primeiros anos de vida, quanto os adolescentes. Serão enfocadas algumas situações como a falta de atenção dada à primeira infância nas discussões sobre a violência e a segurança pública, bem como a visibilização social dos adolescentes principalmente como agentes da violência, sendo por isso foco de repressão e de demandas sociais por maior punição.

Considerando a complexidade e pertinência deste tema na região, propõe-se um espaço para a reflexão em torno das políticas de segurança pública que priorize a necessidade de proteger os direitos das crianças e adolescentes, sejam elas vítimas ou agentes da violência.

Uma discussão multissetorial

Especialistas acadêmicos, representantes governamentais e de organizações sociais apresentarão diferentes pontos de vista sobre as condições de vida e as desigualdades sociais que acentuam os problemas da violência, e reflexionarão sobre as políticas e programas de segurança a partir da perspectiva da garantia dos direitos humanos.

Participarão como expositores representantes de organizações brasileiras como o Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Observatório de Favelas; e de outros países latino-americanos, como o Observatório sobre Infância da Universidade Nacional da Colômbia e Comissão de Direitos Humanos do Distrito Federal do México.

A atividade se dirige a especialistas, acadêmicos, profissionais e técnicos de programas e projetos orientados à defesa e promoção dos direitos da infância. A participação é gratuita, sendo necessária confirmação prévia.

Mais informações: www.equidadeparaainfancia.org

Professores, humilhação e resistência

Por Valerio Arcary *

Mais valem lágrimas de derrota do que a vergonha de não ter lutado. Sabedoria popular brasileira

Qualquer avaliação honesta da situação das redes de ensino público estadual e municipal revela que a educação contemporânea no Brasil, infelizmente, não é satisfatória. Mesmo procurando encarar a situação dramática com a máxima sobriedade, é incontornável verificar que o quadro é desolador. A escolaridade média da população com 15 anos ou mais permanece inferior a oito anos, e é de quatro entre os 20% mais pobres, porém, é superior a dez entre os 20% mais ricos.^[1] É verdade que o Brasil em 1980 era um país culturalmente primitivo que recém completava a transição histórica de uma sociedade rural. Mas, ainda assim, em trinta anos avançamos apenas três anos na escolaridade média.

São muitos, felizmente, os indicadores disponíveis para aferir a realidade educacional. Reconhecer as dificuldades tais como elas são é um primeiro passo para poder ter um diagnóstico aproximativo. A Unesco, por exemplo, realiza uma pesquisa que enfoca as habilidades dominadas pelos alunos de 15 anos, o que corresponde aos oitos anos do ensino fundamental.^[2] O Pisa (Programa Internacional de avaliação de Estudantes) é um projeto de avaliação comparada. As informações são oficiais porque são os governos que devem oferecer os dados. A pesquisa considera os países membros da OCDE além da Argentina, Colômbia e Uruguai, entre outros, somando 57 países.

Em uma avaliação realizada em 2006, considerando as áreas de Leitura, Matemática e Ciências o Brasil apresentou desempenho muito abaixo da média.^[3] No caso de Ciências, o Brasil teve mais de 40% dos estudantes situados no nível mais baixo de desempenho. Em Matemática, a posição do Brasil foi muito desfavorável, equiparando-se à da Colômbia e sendo melhor apenas que a da Tunísia ou Quirguistão. Em leitura, 40% dos estudantes avaliados no Brasil, assim como na Indonésia, México e Tailândia, mostram níveis de letramento equivalentes aos alunos que se encontram no meio da educação primária nos países da OCDE. Ficamos entre os dez países com pior desempenho.

As razões identificadas para esta crise são variadas. É verdade que problemas complexos têm muitas determinações. Entre os muitos processos que explicam a decadência do ensino público, um dos mais significativos, senão o mais devastador, foi a queda do salário médio docente a partir, sobretudo, dos anos oitenta. Tão grande foi a queda do salário dos professores que, em 2008, como medida de emergência, foi criado um piso nacional. Os professores das escolas públicas passaram a ter a garantia de não ganhar abaixo de R\$ 950,00, somados aí o vencimento básico (salário) e as gratificações e vantagens. Se considerarmos como referência o rendimento médio real dos trabalhadores, apurado em dezembro de 2010 o valor foi de R\$ 1.515,10.^[4] Em outras palavras, o piso nacional é inferior, apesar da exigência mínima de uma escolaridade que precisa ser o dobro da escolaridade média nacional.

Já o salário médio nacional dos professores iniciantes na carreira com licenciatura plena e jornada de 40 horas semanais, incluindo as gratificações, antes dos descontos, foi R\$1.777,66 nas redes estaduais de ensino no início de 2010, segundo o Ministério da

Educação. Importante considerar que o ensino primário foi municipalizado e incontáveis prefeituras remuneraram muito menos. O melhor salário foi o do Distrito Federal, R\$3.227,87. O do Rio Grande do Sul foi o quinto pior, R\$1.269,56.^[5] Pior que o Rio Grande do Sul estão somente a Paraíba com R\$ 1.243,09, o Rio Grande do Norte com R\$ 1.157,33, Goiás com R\$ 1.084,00, e o lanterninha Pernambuco com R\$ 1016,00. A pior média salarial do país corresponde, surpreendentemente, à região sul: R\$ 1.477,28. No Nordeste era de R\$ 1.560,73. No centro-oeste de R\$ 2.235,59. No norte de R\$ 2.109,68. No sudeste de R\$ 1.697,41.

A média nacional estabelece o salário docente das redes estaduais em três salários mínimos e meio para contrato de 40 horas. Trinta anos atrás, ainda era possível ingressar na carreira em alguns Estados com salário equivalente a dez salários mínimos. Se fizermos comparações com os salários docentes de países em estágio de desenvolvimento equivalente ao brasileiro as conclusões serão igualmente escandalosas. Quando examinados os salários dos professores do ensino médio, em estudo da Unesco, sobre 31 países, há somente sete que pagam salários mais baixos do que o Brasil, em um total de 38.^[6] Não deveria, portanto, surpreender ninguém que os professores se vejam obrigados a cumprir jornadas de trabalho esmagadoras, e que a overdose de trabalho comprometa o ensino e destrua a sua saúde.

O que é a degradação social de uma categoria? Na história do capitalismo, várias categorias passaram em diferentes momentos por elevação do seu estatuto profissional ou por destruição. Houve uma época no Brasil em que os “reis” da classe operária eram os ferramenteiros: nada tinha maior dignidade, porque eram aqueles que dominavam plenamente o trabalho no metal, conseguiam manipular as ferramentas mais complexas e consertar as máquinas. Séculos antes, na Europa, foram os marceneiros, os tapeceiros e na maioria das sociedades os mineiros foram bem pagos. Houve períodos históricos na Inglaterra – porque a aristocracia era pomposa – em que os alfaiates foram excepcionalmente bem remunerados. Na França, segundo alguns historiadores, os cozinheiros. Houve fases do capitalismo em que o estatuto do trabalho manual, associada a certas profissões, foi maior ou menor.

A carreira docente mergulhou nos últimos vinte e cinco anos numa profunda ruína. Há, com razão, um ressentimento social mais do que justo entre os professores. A escola pública entrou em decadência e a profissão foi, economicamente, desmoralizada, e socialmente desqualificada, inclusive, diante dos estudantes.

Os professores foram desqualificados diante da sociedade. O sindicalismo dos professores, uma das categorias mais organizadas e combativas, foi construído como resistência a essa destruição das condições materiais de vida. Reduzidos às condições de penúria, os professores se sentem vexados. Este processo foi uma das expressões da crise crônica do capitalismo. Depois do esgotamento da ditadura, simultaneamente à construção do regime democrático liberal, o capitalismo brasileiro parou de crescer, mergulhou numa longa estagnação. O Estado passou a ser, em primeiríssimo lugar, um instrumento para a acumulação de capital rentista. Isso significa que os serviços públicos foram completamente desqualificados.

Dentro dos serviços públicos, contudo, há diferenças de grau. As proporções têm

importância: a segurança pública está ameaçada e a justiça continua muito lenta e inacessível, mas o Estado não deixou de construir mais e mais presídios, nem os salários do judiciário se desvalorizaram como os da educação; a saúde pública está em crise, mas isso não impediu que programas importantes, e relativamente caros, como variadas campanhas de vacinação, ou até a distribuição do coquetel para os soropositivos de HIV, fossem preservados. Entre todos os serviços, o mais vulnerável foi a educação, porque a sua privatização foi devastadora. Isso levou os professores a procurarem mecanismos de luta individual e coletiva para sobreviverem.

Há formas mais organizadas de resistência, como as greves, e formas mais atomizadas, como a abstenção ao trabalho. Não é um exagero dizer que o movimento sindical dos professores ensaiou quase todos os tipos de greves possíveis. Greves com e sem reposição de aulas. Greves de um dia e greves de duas, dez, quatorze, até vinte semanas. Greves com ocupação de prédios públicos. Greves com marchas.

Conhecemos, também, muitas e variadas formas de resistência individual: a migração das capitais dos Estados para o interior onde a vida é mais barata; os cursos de administração escolar para concursos de diretor e supervisor; transferências para outras funções, como cargos em delegacias de ensino e bibliotecas. E, também, a ausência. Tivemos taxas de absenteísmo, de falta ao trabalho, em alguns anos, inverossímeis.

Não obstante as desmoralizações individuais, o mais impressionante, se considerarmos futuro da educação brasileira, é valente resistência dos professores com suas lutas coletivas. Foram e permanecem uma inspiração para o povo brasileiro.

—

*Valerio Arcary, é professor do IF/SP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), e doutor em História pela USP

[1] Os dados sobre desigualdades sociais em educação mostram, por exemplo, que, enquanto os 20% mais ricos da população estudam em média 10,3 anos, os 20% mais pobres tem média de 4,7 anos, com diferença superior a cinco anos e meio de estudo entre ricos e pobres. Os dados indicam que os avanços têm sido ínfimos. Por exemplo, a média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade se elevou apenas de 7,0 anos em 2005 para 7,1 anos em 2006. Wegrzynowski, Ricardo Ainda vítima das iniquidades in http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=3962Consulta em 21/02/2011.

[2] Informações sobre o PISA podem ser procuradas em: <http://www.unesco.org/new/en/unesco/>Consulta em 21/02/2011

[3] O relatório citado organiza os dados de 2006, e estão disponíveis em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001899/189923por.pdf>Consulta em 19/02/2011

[4] A pesquisa mensal do IBGE só é realizada em algumas regiões metropolitanas. Não há uma base de dados disponível para aferir o salário médio nacional. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201012pubCompleta.pdfConsulta em 19/02/2011

[5] Uma pesquisa completa sobre os salários iniciais em todos os Estados pode ser encontrada em estudo: http://www.apeoc.org.br/extra/pesquisa_salarial.apeoc.pdfConsulta em 14/02/2011 [6] <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/unesco.htm>

(Outras Palavras)

Ideias na cabeça ou peso nos ombros?

Educação ambiental ganha peso nas escolas, mas especialistas alertam que abordagem do tema pode transferir excesso de responsabilidade às crianças

29 de junho de 2011

Karina Ninni, O Estado de S. Paulo

“Minha irmã pequena achava que a água nunca ia acabar. Então eu peguei um mapa, mostrei para ela e disse: ‘Vai, sim. Isso aí é água do mar, a gente não pode usar’”, diz Janaína de Souza Vieira, de 9 anos.



Arte Silvia Rodrigues sobre fotos de Paulo Liebert

Chiara e Leo, da Escola Viva: ambos dizem se preocupar com o meio ambiente

Veja também:

['Quero usar meu tempo para salvar o planeta'](#)

“Mas os cientistas vão inventar uma coisa para tirar o sal da água do mar e a gente vai poder usar”, rebate Jeferson Santos Dias, de 9 anos.

“Isso chama dessalinização, mas é muito caro para o Brasil fazer”, responde Janaína.

O diálogo, presenciado pela reportagem no dia 20 na Escola Municipal Nakamura Park, em Cotia (SP), é um exemplo do avanço nas escolas da educação ambiental, ausente da maioria delas até o início da década de 90. Nascidos nos anos 70 e 80, os pais de quem frequenta o ensino fundamental hoje lembram-se, no máximo, de comemorar pontualmente datas como o Dia da Água. Hoje são cobrados pelos filhos para economizar luz, água e dar destinação correta ao lixo.

Embora a importância de educar para preservar o ambiente seja consenso, há dúvidas sobre o teor das iniciativas. E, principalmente, sobre o impacto da responsabilidade depositada nos ombros de crianças e adolescentes. “Há avanços, mas a questão ambiental está entrando na agenda das escolas de forma muito complicada. É quase como se estivéssemos responsabilizando as crianças pela salvação do planeta”, opina a psicóloga Laís Fontenelle, coordenadora de Educação do Instituto Alana, que trabalha com consumo infantil.

“A questão ambiental é uma crise civilizatória e o que se discute, no fundo, é o futuro do mundo. Para criar uma criança preparada para o dia de hoje, teríamos de levá-la a pensar sobre isso. Mas não sei até que ponto é pedagógico expô-la a uma discussão que representa uma desestabilização do presente”, diz a professora Eda Tassara, do Laboratório de Psicologia Ambiental da Universidade de São Paulo.

Engajado. Uma situação vivida pela gerente de vendas Thaís Costa, de 31, mãe de Guilherme, de 6, ilustra bem essa questão. “No afã de corrigir coleguinhas que tinham jogado papel no chão e deixado a torneira aberta, Guilherme acabou agredindo os amigos. A professora entendeu a atitude de engajamento, mas achou que ele estava reagindo desproporcionalmente e nos chamou para uma reunião. Dissemos a ele que cada família tem um jeito, uns dão mais importância ao assunto e outro menos”, diz Thaís, casada com um arquiteto que trabalha com

construções sustentáveis. “Ele continua engajado, mas entendeu que a conversa é a melhor solução.”

Laís, do Alana, chama a atenção para o fato de que algumas crianças têm discurso mais articulado que os pais. “É até bacana que essa nova geração brigue com os pais por conta de desperdício de água e energia. Mas a criança tem de ser formada pelo adulto, não o contrário. Há uma inversão de papéis aí.”

Do ponto de vista prático, Laís acredita que é preciso conectar as etapas de descarte e consumo. “Trabalha-se muito reciclagem, mas pouco a redução de consumo. O pulo do gato é fazer a criança ver que é preciso consumir de outra forma, em vez de remediar o que foi consumido.”

Atualmente, as crianças são mais cobradas pelos pais a comerem bem, cuidarem do meio ambiente e darem uma destinação correta ao lixo

“Tem muito modismo, marketing ecológico”, diz a professora Conceição Ferreira, da Nakamura Park. Ela lembra de uma aluna que chegou empolgada com um concurso, em que as crianças deveriam mandar um vídeo da escola sendo limpa. “Dissemos: ‘Nossa escola já é limpa.’ E ela: ‘Uai, vamos sujar para depois limpar!’ Tivemos de fazê-la refletir.”

Com mestrado em Engenharia Ambiental pela USP de São Carlos, a professora coordena o programa da escola, premiada este ano pela Secretaria Estadual de Educação por um projeto sobre recursos hídricos. A Nakamura Park tem 130 alunos e fica em um terreno com trilhas, bosque, serelepes (roedores parecidos com esquilos), horta e um galpão para receber alunos de outras escolas. “Usamos teatro, histórias que eles ilustram, jogos, brincadeiras. Usamos as trilhas, que permitem trabalhar o plantio de espécies em vias de extinção, como o xaxim, a araucária.”

No colégio Pentágono, unidade de Alphaville, representantes do 2.º ao 5.º ano são reunidos pelo professor Rogério Sant’anna no núcleo ecológico, e têm a missão de divulgar conhecimentos sobre ambiente e conservação. Cada classe escolhe dois agentes ambientais e o núcleo é formado por sete meninos e sete meninas. “Essa fórmula funciona demais, porque se presta ao exercício da cidadania ecológica. Eleitos no início do ano, eles fazem o trabalho, às vezes por anos seguidos”, explica Sant’anna.

É o caso de Diego Tedin, de 9 anos, da 4.ª série do fundamental. Ele é agente ambiental há 3 anos e toda semana leva uma apresentação para os colegas, preparada com a ajuda do pai, Domingos Tedin. “Não tenho obrigação de fazer toda semana, mas quero dizer aos meus amigos que este mundo que a gente está poluindo é o mundo onde nós e nossos filhos vamos viver”, conta Diego. “Se a gente não cuidar, o problema vai ser nosso.”

“Os colegas esperam dele um exemplo”, diz o pai. “Pesquisar e criar meios de informar a turma passou a ser um compromisso semanal. Ajudo passando apresentações para o pen drive.”

Diego até inventou um jogo para que os colegas tivessem mais facilidade de identificar o tipo de lixo que deve ser colocado em cada recipiente. “A gente escala quatro crianças para representar as cores das latas de lixo reciclável – vermelho, amarelo, azul e verde. Depois escrevemos em pedaços de papel o nome de vários tipos de lixo. Os participantes têm de sortear um papel e colar no colega que representa o lugar certo para aquele lixo.”

Composteira. A Escola Viva, na Vila Olímpia, zona sul de São Paulo, que atende do ensino infantil ao médio, sempre usa seu espaço físico como ponto de partida nas discussões sobre ambiente. “O prédio do Fundamental II, por exemplo, tem aproveitamento de luz natural, captação de água da chuva para reúso, madeira certificada e pregos e parafusos reutilizados”, diz Sônia Marina Muhringer, coordenadora de Meio Ambiente.

O espaço da educação ambiental cresce conforme as crianças ganham maturidade. “Tentamos

confrontar esse cidadão que estamos formando com questões reais e fazer com que apresente soluções”, explica. O instrumento usado para isso é o trabalho pessoal (ou TP). Um exemplo é a hora do lanche. A alimentação é fornecida pela própria escola. Não há copinhos nem louça descartáveis, e a escola utiliza uma composteira para reaproveitar o que sobra.

“A gente aprende a não pegar a mais, ou então, a se servir várias vezes, até ficar satisfeito. Porque a gente vê a professora do TP colocar todas as sobras em uma bandeja, e depois pesar para ver o quanto desperdiçamos, antes de jogar na composteira”, diz o aluno do 3.º ano Leo de Figueiredo Costa, de 8 anos.

Mais de 90% das escolas têm projetos ambientais



Os dados oficiais mais recentes sobre educação ambiental, colhidos no censo escolar do Ministério da Educação (MEC) em 2004, mostram que 95% das escolas do ensino fundamental no País tinham algum tipo de iniciativa nessa área. Em 2001, o percentual dos colégios que afirmavam trabalhar o assunto com estudantes era bem menor: 61,2%.

O tema que se tornou comum na grade de muitas escolas, tanto da rede pública como da privada, começou a entrar na agenda do ensino brasileiro depois da Eco-92, conferência ambiental da ONU realizada no Rio.

“Em meados dos anos 80, metade dos 250 professores que entrevistei para meu doutorado nunca tinha ouvido falar do termo educação ambiental”, afirma Luiz Marcelo de Carvalho, professor do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) que em 1989 defendeu a tese A Temática Ambiental e a Escola de 1.º e 2.º Grau. “A escola trabalhava a natureza de maneira geral, e não o impacto das ações humanas no meio. Não se atribuíam a eventos naturais e às intervenções humanas os significados de hoje.”

Na lei. Na tentativa de criar parâmetros para iniciativas de educação ambiental nas escolas e ONGs, em 1999 o governo promulgou a Lei 9.795, criando a Política Nacional de Educação Ambiental. Pela lei, regulamentada em 2002, o tema deve estar presente em todos os níveis de ensino, de modo transversal, sem constituir disciplina específica.

Alguns Estados já editaram leis, ainda não regulamentadas, como Mato Grosso e São Paulo. Outros estão discutindo os termos, como Bahia e Paraná. O texto paulista é de 2007 e sofreu vários vetos no governo passado.

“A educação ambiental não é uma política pública no Estado. Há ações pontuais, mas, na prática, cada um faz o que quer”, afirma Mônica Borba, da ONG Instituto 5 Elementos.

“Há desde trabalhos articulados a ações focadas nas velhas datas comemorativas”, diz Carvalho, da Unesp. “E também experiências de tanto valor que é preciso tirar o chapéu para professores e gestores.”

Tirar o chapéu parece ser a expressão adequada. De acordo com uma pesquisa feita pela Unesco em parceria com o MEC, a iniciativa de um professor ou grupo de professores era a principal motivação para ações de educação ambiental nas escolas, respondendo por 24% dos casos pesquisados.

Brincar é coisa séria

Brincar é mais do que uma atividade sem conseqüência para a criança. Brincando, ela não apenas se diverte, mas recria e interpreta o mundo em que vive, se relaciona com este mundo. Brincando, a criança aprende. Por isso, cada vez mais os educadores recomendam que os jogos e brincadeiras ocupem um lugar de destaque no programa escolar desde a Educação Infantil. Para auxiliar no trabalho do professor, relacionamos a seguir artigos e entrevistas sobre o tema, além de uma série de sites que apresentam um precioso inventário de jogos e brincadeiras tradicionais do Brasil.

Brincar na escola Tânia Ramos Fortune defende o lúdico como parceiro do professor , transformado em instrumento pedagógico que favorece a formação da criança .

<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=270>

Jogos teatrais na escola pública

Ricardo Ottoni Vaz Japiassu apresenta os resultados parciais de uma pesquisa etnográfica que acompanha aspectos do desenvolvimento cultural de pré-adolescentes através do ensino regular de Teatro, em escola de Ensino Fundamental da rede pública estadual de São Paulo. Com base nos dados obtidos, o autor afirma que a linguagem cênica contribui na conscientização das novas possibilidades de significação da palavra na prática discursiva.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

Entendendo os jogos

Textos da Revista Jogos Cooperativos nos quais são apresentados diversos pontos de vista e teorias ligadas aos Jogos Cooperativos e à Pedagogia da Cooperação.

http://www.jogoscooperativos.com.br/entendendo_os_jogos.htm

Exemplos de jogos cooperativos

Seção da Revista Jogos Cooperativos que disponibiliza alguns exemplos de jogos.

<http://www.jogoscooperativos.com.br/jogos.htm>

Leia em BREVE MANIFESTO PELA INFÂNCIA.

<http://www.apecv.pt/anexos/imaginar/nr46.pdf>

<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT07-1718--Int.pdf>

http://www.culturainfancia.com.br/layout_portal2/index.php?option=com_content&view=article&id=503:como-vai-a-arte-na-educacao-infantil&catid=52:arte-educacao&Itemid=110

Livreiro do Alemão cria "barracoteca" na favela

Otávio Júnior, 27, idealizou e construiu biblioteca em comunidade no Rio

Ele também escreveu seu primeiro livro enquanto os traficantes trocavam tiros com policiais e militares

EMILIO SANT'ANNA

DE SÃO PAULO

Enquanto traficantes do Comando Vermelho em fuga trocavam tiros com a polícia e soldados do Exército durante a ocupação dos complexos da Penha e do Alemão, em novembro de 2010, Otávio Júnior, 27, escrevia.

Sem poder sair de casa, finalizava "O Livreiro do Alemão" -seu ingresso no mundo dos escritores-e preparava-se para instalar a primeira biblioteca do conjunto de 13 favelas na zona norte do Rio com quase 400 mil pessoas.

"Quando os confrontos eram muito acirrados, eu produzia muito. Escrevia enquanto as balas "comiam" para cima e pra baixo."

Biblioteca? Na verdade, trata-se da "Barracoteca Hans Christian Andersen" -corrige Otávio. O nome é uma homenagem ao escritor dinamarquês autor de contos como "A Pequena Sereia" e "A Roupas Nova do Rei".

O local -um antigo salão de forró- no morro do Caracol, Complexo da Penha, funciona desde maio e será inaugurado oficialmente em 22 de agosto, dia do Folclore.

Parte dos livros é doação do Ministério da Cultura, o resto foi amealhado por Otávio durante os dez anos em que andou por todo o Complexo da Penha e do Alemão, com uma mala na mão, oferecendo livros emprestados aos moradores.

O investimento foi de R\$ 7.000. Como não tinha nem a décima parte desse valor, a solução foi apelar a conhecidos e desconhecidos. "Passei o chapéu, mas passei o chapéu virtual", diz.

No blog Ler é 10 - Leia Favela (leredezleiafavela.blogspot.com), o jovem anunciou a barracoteca. Em três meses reuniu a quantia necessária.

Filho de pedreiro, chamou o pai para reformar o local.

Otávio narra em "O Livreiro do Alemão" (Panda Books) como seu amor à literatura se deu quase por acaso. Aos oito anos, saía de casa todo dia para ver as peladas no campo de terra da comunidade.

"Naquele dia, passei em frente a um lixão e havia uma caixa com brinquedos velhos e um livro", conta. "À tarde faltou luz e como não podíamos assistir a televisão preto e branco, lembrei do livro."

IMPACTO

O "impacto da literatura" mudou a vida do menino. A paixão cresceu a ponto de, no ensino médio, desenvolver um hábito: matar aula, tomar um ônibus, andar 20 km e ir para a biblioteca do Museu da República, no centro. "Chegava a ler dez livros por dia."

Era então um tempo difícil. A família enfrentava o alcoolismo do pai de Otávio.

"Minha mãe ficou louca quando descobriu. Porém, sabia que eu matava aula mas estava bem acompanhado."